



A CATEGORIA SE ENCONTRA CERCADA, ENTRE A POLÍTICA DE DESTRUIÇÃO DO ENSINO PELO GOVERNO TARCÍSIO/ FEDER, E O IMOBILISMO DA DIREÇÃO SINDICAL

Desde o começo do ano, a categoria vem sendo acuada pelo autoritarismo do governo, que vem implementando suas políticas privatistas para o ensino. Elas se manifestam com as plataformas e a pressão que se faz para atingir as metas, de forma muito parecida com a iniciativa privada. Os diretores e parte das gestões são instigados a aplicar essa política, caçando autoritariamente qualquer um que se levante contra eles. Nos últimos anos, a falta de mobilização do sindicato fortaleceu as investidas do governo contra a categoria, que segue acuada por ele; com isso, uma série de ataques continuam sendo disparados contra a categoria, conforme denunciaremos abaixo.

Como parte da tentativa de criar seu próprio “índice de qualidade”, por meio das avaliações externas, tentando reproduzir aqui o que implantou no Paraná, a gestão Feder tem imposto a expulsão dos alunos, que por vários motivos deixam de frequentar as aulas. As condições de pobreza e miséria das famílias são o principal fator que obriga que elas incluam os filhos como parte da força de trabalho nos lares, ou fora deles, isso é parte da crise do capitalismo. O governo, se aproveitando disso, e com a diminuição das vagas, causada pela expansão das PEIs e fechamento do noturno, se utiliza das direções das escolas para realizar uma verdadeira caçada aos alunos faltosos, ignorando completamente os motivos das ausências, são arrastados mecanicamente pela política do governo.

Até o momento, o governo se recusa a permitir que os professores contratados cumpram as malditas APDs em local de livre escolha. Isso tem ampliado a jornada desses professores, contribuindo para o seu adoecimento, visto que o espaço da escola é completamente insalubre e sem qualquer estrutura para estudos. A direção do sindicato, que cantou vitória, ao ter ganho na justiça a ação que obriga o governo a flexibilizar, permitindo que os professores optem pelo local de livre escolha, nada tem feito para sequer garantir concretamente a implementação das APDs em local de livre escolha, quando na verdade a reivindicação deveria ser do retorno do ATPL, como parte do 1/3 fora da sala de aula.

Recentemente, a Secretaria de Educação mudou as regras para os afastamentos dos professores, contratados e efetivos, impondo um sistema digital que não funciona para a marcação de perícia em 24 horas. O professor categoria O, agora a cada dois dias, terá de passar pela perícia, assim como os efetivos. O objetivo do governo é impedir que o professor se afaste, porém, as condições de trabalho com as salas superlotadas,

as inúmeras tarefas burocráticas nas PEIs, e a pressão pelos índices, têm adoecido mais do que nunca os professores. A situação é tão caótica, que até o ministério público já interveio nesta situação, mas a resposta do governo é a de dificultar ainda mais as condições de trabalho, burocratizando os afastamentos.

Aconteceu o concurso público em agosto, que prevê a efetivação de apenas 15 mil professores, e até o momento não saiu a classificação. Ao que tudo indica, ele será usado para a classificação da atribuição dos contratados, que conseguirão ou não ter aulas atribuídas, excluindo assim, os que não passaram, e mesmo os que não puderam fazer o concurso. Diante desse cenário, a correta bandeira a ser defendida continua sendo a da efetivação de todos os 98 mil professores contratados – alguns desses professores estão na rede há décadas.

Nos últimos anos, as atribuições têm ocorrido em dezembro; de 2022 para 2023, com a imposição da resolução 85/2022, elas viraram um caos para os professores, sobretudo para os contratados, bagunçou toda a pontuação, e ainda foi feito de forma remota, deixando de seguir qualquer critério para uma atribuição transparente. Como ainda não saiu a classificação, a próxima atribuição também será caótica. O sindicato deve organizar a luta, para exigir uma atribuição presencial para todos os professores, contratados e efetivos. Exigindo a revogação da resolução 85 e da Nova Carreira. Nada de classificação por jornada, que a classificação seja feita apenas pelo tempo de serviço.

Como podemos ver, a categoria se encontra sobre intenso ataque do governo, e segue isolada, com uma direção sindical que ampliou sua política de conciliação de classes. A direção se diz em oposição ao governo, mas colabora diretamente com ele, se recusando a organizar os professores para lutarem contra suas medidas. Desde o começo do ano, não faltaram necessidades para a convocação de uma assembleia geral, para tirar um plano de lutas que pudesse responder a todos esses ataques. A direção chamou uma assembleia para o próximo dia 20 de Outubro, mas não tem visitado as bases para mobilizar a categoria. Em algumas regiões, nem uma reunião de representantes tem chamado. A assembleia foi chamada como parte da pressão da Oposição Combativa desde o início do ano, mas a direção conciliadora nada tem feito para uma assembleia massiva. Ao contrário, continua sua política de conciliação pela via do parlamento, basta ver seus últimos boletins. Por esse caminho, prevalecerá a vontade do governo contra a categoria. ●

TODOS À ASSEMBLEIA DO DIA 20 DE OUTUBRO, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!

DEFENDEMOS:

- 1) Revogação da Resolução 85/2022 e da Nova carreira – 1374/2022;**
- 2) Efetivação e estabilidade de todos os contratados;**
- 3) Convocação de uma nova assembleia imediata - em 08/11, em unidade com os demais trabalhadores em luta**

Que as direções unifiquem as lutas sindicais para combater as privatizações e terceirizações

Os metroviários, com a Sabesp e CPTM, acertadamente, mostraram o caminho da unidade grevista para combater o governo Tarsísio e suas privatizações. A greve de 24 horas, que ocorreu no dia 03 de outubro, guardadas suas limitações, mostrou o caminho que deve ser tomado por todos os trabalhadores de todo o país, não só contra o governo de São Paulo, mas também os governos dos demais estados e o próprio governo federal, que estão submetidos aos ditames do imperialismo, para ir fundo na destruição dos serviços públicos, com a imposição das privatizações e terceirizações. Somente as contrarreformas (previdenciária, trabalhista e Ensino Médio) já feitas, mais o arcabouço fiscal e a reforma administrativa do governo de frente ampla Lula/Alckmin, em curso, não bastam para o parasitismo financeiro nacional e internacional. **É urgente a tarefa de preparação da greve geral nacional contra as privatizações e terceirizações, que só avançam.**

A direção da APEOESP, ao se recusar a chamar a Assembleia e paralisação para esse dia 03, mostrou sua completa negação em unificar as lutas. No discurso, essa direção diz combater o “fascista” Tarcísio, mas, na prática, colabora com este, e por que colabora? Porque a política que é colocada em prática pela Articulação Sindical (PT), no interior dos sindicatos que dirigem, não é combater as privatizações e terceirizações, ao contrário. O PT também aplicou e aplica as privatizações e terceirizações em seus governos, nos estados, municípios e na União.

Sem a unidade de todos os setores, avançarão as privatizações e terceirizações. A categoria de professores tem

pela frente a tarefa de sair da inércia imposta pela direção, e buscar a unidade com outros setores já mobilizados, para erguer a luta contra as medidas que já os atingem. A limpeza, merenda, agentes de organização escolar, e, de certa forma, os professores categoria O, já são parte deste problema. Precisamos estar atentos às mobilizações dos trabalhadores da Sabesp, Metrô, e CPTM, que já demonstraram disposição de luta, apesar de suas direções a terem desviado para o plebiscito (método pacifista e de disputa no interior da democracia burguesa). As centrais e os sindicatos, incluindo a APEOESP, têm a obrigação de unificar os calendários, para de fato fazer o enfrentamento contra o governo e as privatizações. Essas direções, ao contrário de organizarem as lutas, têm feito de tudo para evitá-las e isolá-las, pois são base de apoio ao governo de Frente Ampla. Por isso, defendemos a **independência de classe das direções perante os governos e patrões e a organização da luta pelas reivindicações com os métodos da ação direta, como resposta central a esse problema.** Se isso não for feito, as direções colocarão em sua história mais essa traição aos trabalhadores e ao conjunto dos explorados de todo o Brasil, visto que essas privatizações e terceirizações atingirão todos os trabalhadores, elevando o custo de vida e precarizando os serviços sociais. ●

Que as centrais e sindicatos passem imediatamente a organizar a greve geral contra as privatizações e terceirizações!

Por uma campanha internacionalista de defesa dos Palestinos, pela derrota do Imperialismo e do Sionismo

Depois do ataque do grupo palestino Hamas, iniciado no dia 07 de outubro, Israel colocou em marcha todo seu poder contra os palestinos, que já desde 1947 sofrem com a colonização de suas terras, impostas por Israel com ajuda do Imperialismo ianque/europeu. Essa região é estratégica para o Imperialismo, que colocou o Estado de Israel com o braço armado para controlar a região importante produtora de petróleo no pós-guerra. O imperialismo se aproveitou da comoção do holocausto para acelerar a imposição do estado de Israel, negando a existência dos palestinos na região. Com o passar dos anos, Israel foi violentamente tomando o território dos palestinos, e isolando-os em duas faixas de terras, cada vez menores.

Nos últimos meses, sob o governo de Benjamin Netanyahu, foi feita uma reforma jurídica para diminuir os poderes dos juízes e aumentar os do governo. Isso expressa o reflexo da crise econômica sobre Israel, que amplia sua opressão sobre os palestinos, não bastando o cerco com o muro de mais de 600 km, controle do Mar Mediterrâneo, impondo aos palestinos o maior campo de concentração a

céu aberto. Para o enclave dos EUA na região, é preciso agora dizimá-los, para isso, lançam mão dos mesmos métodos do nazismo que Hitler os impôs na Alemanha sobre os judeus, na 2ª guerra mundial. O ataque do Hamas, que a imprensa chama de terrorismo, não é nada em relação ao terror de Estado praticado por Israel sobre os palestinos. A imprensa sensacionalista expõe as vítimas do lado de Israel, e praticamente não fala da opressão e violência exercida por Israel.

Segundo a concepção marxista, diante da opressão de uma nação sobre a outra, temos de nos posicionar de forma intransigente ao lado da nação oprimida. É por isso que, mesmo não concordando com a política e os métodos do grupo Hamas, temos de apoiar incondicionalmente os palestinos, colocando-nos ao seu lado. A vitória de Israel sobre os palestinos também será a vitória do Imperialismo ianque/europeu, fortalecendo assim o Imperialismo em todo o mundo. Sua derrota interessa ao proletariado mundial e às massas oprimidas em toda parte.

É parte dessa luta combater a moral e ideologia burguesas, que igualam

a violência e terror exercido pelos oprimidos aos que exercemos opressores. É necessária uma clara delimitação diante da farsa dos direitos humanos da burguesia imperialista, que acusa os oprimidos e suas organizações de terrorismo, enquanto continua a apoiar a política de genocídio e o colonialismo, instrumentos do terrorismo de Estado sionista, que se desfecha há décadas sobre o povo palestino.

É preciso afetar a economia, atacar os lucros dos capitalistas em toda parte, como parte da luta de classes internacional do proletariado e das massas oprimidas contra a burguesia, regional e internacional.

Essas medidas favorecerão que se avance em direção a uma palestina socialista, parte de uma unidade federativa socialista mais geral, os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, que serão alcançados pela revolução proletária em cada um dos países dessa região. E se voltarão para a vitória da Revolução Mundial Socialista. ●

Pela derrota de Israel e do imperialismo! Pela vitória do povo palestino!